

APRESENTAÇÃO

Trabalhos essenciais: definições, disputas e experiências no contexto da Pandemia

*Bianca Briguglio*¹
*Patrícia Rocha Lemos*²
*Thaís de Souza Lapa*³

Este dossiê reúne artigos de diversas áreas do conhecimento que revelam experiências de trabalho no contexto da pandemia de Covid 19, os quais oportunizam reflexões a respeito dos conflitos que este enquadramento de “trabalhos essenciais” trouxe a trabalhadores e trabalhadoras brasileiras(os).

Em nome da proteção à economia e, ao mesmo tempo, da garantia do atendimento a necessidades consideradas básicas da população, algumas ocupações foram consideradas essenciais desde o início da pandemia, em 2020, o que significou que foram excluídas das orientações de isolamento social. Por terem continuado a trabalhar fora de casa, tais trabalhadoras(es) foram expostas(os) a condições de risco extremos e vulnerabilidade.

1 (Professora e pesquisadora, doutora em Ciências Sociais/UNICAMP) biancabrig@gmail.com

2 (Pesquisadora do REMIR, Pós doutoranda/CESIT-UNICAMP, doutora em Ciências Sociais/UNICAMP) pat.csrp@gmail.com

3 (Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política/UFSC, doutora em Ciências Sociais/UNICAMP) thais.lapa@gmail.com



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Os textos aqui reunidos, escritos entre 2020 e 2021, revelam aspectos importantes a respeito de tais conflitos e situações de risco criadas (ou agudizadas) pela crise sanitária. Alguns setores laborais comumente invisibilizados e desvalorizados ganharam espaço no debate público, a exemplo das(os) trabalhadoras(es) que atuam nas áreas de saúde, no trabalho doméstico e em serviços de entrega por aplicativos. Outros, embora tenham sido considerados essenciais desde o início da pandemia, como os trabalhadores em supermercados e em prisões, não tiveram ainda suficiente atenção e visibilização. De outra parte, houve o desafio particular das ocupações na área da educação, com o fechamento das escolas e a instauração do regime de ensino remoto, que trouxeram várias consequências para as(os) docentes.

As reflexões a partir de como a categorização de essenciais ou não essenciais impactou as diferentes ocupações nos permitem apontar contradições em todo o processo de condução das medidas econômicas e de saúde em nosso país. Não bastasse o atraso no início do processo de vacinação, em função da omissão do governo federal na compra das vacinas e aposta na “imunização por contaminação” da maioria da população e tratamentos cientificamente ineficazes, as(os) trabalhadoras(es) dos serviços que foram considerados essenciais não tiveram a oportunidade de se preservar. Sem políticas e diretrizes bem estabelecidas a fim de minimizar os riscos, essas(es) trabalhadoras(es) foram pressionadas(os) a seguirem trabalhando, enfrentando as aglomerações cotidianas do transporte público e em contato com outras pessoas; portanto, correndo alto risco de contaminação pelo vírus Sars-Cov-2. Esse tem sido o caso daquelas(es) que atuam em supermercados ou entregadores, e que, no entanto, não figuraram entre os grupos prioritários para receber a vacina.

Incontornavelmente, o trabalho e o modo pelo qual este se realiza foram temas que ganharam espaço, abrindo uma nova agenda de pesquisas; afinal, é possível imaginar que haverá em nossa história o marco antes e depois da Covid-19. Contudo, há de se considerar que nem todos os problemas que têm afetado a classe trabalhadora desde março de 2020 decorrem desta crise sanitária, visto que já vivíamos uma crise econômica e sociopolítica desde anos antes, com agudos processos de precarização e

degradação das condições laborais. A pandemia parece ter agravado e aprofundado muitos dos problemas que já estavam colocados para o mundo do trabalho.

Este dossiê se dedica a abrir espaço para questões que esta crise combinada ajudou a revelar. O conjunto das reflexões atesta uma hipótese que as organizadoras aventavam: o que foi e tem sido considerado essencial sob a pandemia foram as atividades laborais e não as pessoas que as realizam. Estas foram submetidas à lógica de garantia da lucratividade do grande capital e da descartabilidade humana.

Os decretos governamentais que definem quais são os serviços essenciais no país no atual contexto e os critérios adotados para este enquadramento antes e durante a pandemia revelam conflitos em torno da própria concepção do que é essencial e pressões de diversos segmentos econômicos para serem enquadrados como essenciais e, assim, poder continuar funcionando, independentemente do risco que isso representou para as(os) trabalhadoras(es).

O primeiro artigo do dossiê, intitulado “Atividades essenciais no contexto da pandemia de Covid-19 e a centralidade do trabalho digno”, de Maíra Guimarães Araújo de la Cruz, trata justamente da edição sucessiva de normas jurídicas sobre as atividades essenciais, desenhando um minucioso contexto histórico no qual o trabalho essencial está associado à interdição do direito à greve, por exemplo. Conforme a autora demonstra, os critérios utilizados para a classificação das atividades como essenciais no contexto da pandemia foram pautados em questões econômicas, sem contrapartidas protetivas às(aos) trabalhadoras(es) que continuaram a prestar serviços em prol do bem comum, sem garantias trabalhistas ou sociais, sobretudo as(os) que estão na informalidade.

Patrícia Tropa traz, em seu artigo, a discussão acerca das condições de trabalho dos profissionais de saúde e da resposta sindical dessa categoria à pandemia de Covid-19. A autora contrapõe o discurso que ressalta o aspecto heróico da atuação desses profissionais às reais condições de exercício de suas funções, especialmente com as mudanças decorrentes da Reforma Trabalhista de 2017. Enquanto se individualiza o agradecimento e reconhecimento aos “heróis”, ocultam-se as consequências das políticas

neoliberais de austeridade e o pouco investimento nos serviços públicos, inclusive para a saúde (física e mental) desses profissionais. O artigo também analisa a reação das entidades sindicais, as quais buscam defender os direitos e preservar a vida de enfermeiros e médicos, organizando atos e protestos.

O artigo de Bruno Chapadeiro Ribeiro, Carmen Regina Giongo e Karine Vanessa Perez também olha para o trabalho dos profissionais de saúde e a precarização de suas condições de trabalho escancarada com a pandemia. Além de estarem mais expostos ao vírus Sars-Cov-2 e a outras enfermidades, trabalhadores de saúde estão submetidos a “longas horas de trabalho, sofrimento psicológico, fadiga, desgaste profissional, estigma e violência física, moral, psicológica e institucional”. A partir de relatos que demonstram como está sendo viver e trabalhar neste cenário pandêmico, o autor analisa a organização, as condições, as vivências e os processos laborais desses profissionais.

Patrícia Lemos e Bianca Briguglio analisam as condições de trabalho dos trabalhadoras(es) de supermercado no contexto do distanciamento social. Mesmo nos períodos de maior respeito às orientações de isolamento e do “fique em casa”, os supermercados permaneceram abertos e atendendo grande público normalmente, o que representou risco à saúde das(os) trabalhadoras(es). A pandemia de Covid-19 contribuiu para agravar condições de trabalho que já eram precárias, aprofundando a vulnerabilidade e expondo ao risco de vida e adoecimento as(os) trabalhadoras(es) e seus familiares. Segundo dados do Novo Caged, que informa o motivo de desligamento por morte, conforme foi publicado no jornal El País⁴, “operadores de caixa de supermercado perderam 67% mais colegas” em 2021 em comparação com os primeiros meses de 2020. O trabalho era essencial, mas aquelas(es) que o desempenhavam não. Os dados revelam que as ocupações com maior aumento de mortes no período da pandemia foram aquelas que lidavam diretamente com o público e que não pararam

4 “Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia”, reportagem de 5 de abril de 2021, disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

durante a crise sanitária, tampouco foram priorizadas quando do início da vacinação.

O trabalho dos entregadores de comida por aplicativos é o objeto do artigo de Viviane Vidigal, a partir da ótica da necropolítica e sua relação intrínseca às políticas neoliberais de demolição dos direitos ligados ao trabalho. Ela revela que aumentou a quantidade de entregadores que trabalham nas plataformas digitais e que, no período da pandemia, o tempo de trabalho aumentou, principalmente em função do crescimento da demanda. No entanto, a remuneração diminuiu. No contexto pandêmico, os entregadores representam a força de trabalho exposta constantemente à morte, em nome da preservação da saúde de outros.

O artigo de Débora Thomé e Hidelte Pereira mostra como os afazeres domésticos e de cuidados, remunerados e não remunerados, estão no centro das questões que envolvem a crise sanitária e como a pandemia potencializou as desigualdades de gênero e raça. A pandemia de Covid-19 aprofundou a desigualdade social, e seguramente as mulheres foram mais atingidas. Elas precisaram aumentar o tempo dedicado aos cuidados com a casa, reduzir o tempo de trabalho remunerado pelo acúmulo de afazeres domésticos, cuidado com crianças e pessoas mais velhas, além de terem de se dedicar a tarefas do *homeschooling*. Também são as mulheres as mais atingidas pelo desemprego, sobretudo as mulheres negras, que sofreram os maiores impactos da crise. O texto traz uma discussão histórica e discute o perfil das mulheres que trabalham como empregadas domésticas no Brasil, observando o impacto da crise econômica e sanitária na vida delas. A pandemia provocou uma piora nas relações de trabalho, com demissões sumárias, cortes de salários, aumento das jornadas de trabalho e quarentena compulsória. As perspectivas são de permanência do desemprego neste segmento, redução na remuneração e ainda mais precariedade.

No artigo “Trabalho docente no Instituto Federal de São Paulo no contexto da pandemia de Covid-19”, Liliâne Bordignon de Souza analisa a organização e as condições de trabalho docente no início da pandemia, em 2020. Com o objetivo de identificar as principais dificuldades e os desafios vivenciados pelas(os) professoras(es) e os limites do ensino remoto, a autora observa que a realização do trabalho em casa ordenou uma nova rotina

em relação à família, ao trabalho doméstico e ao trabalho profissional, na qual aparecem embaralhados e confundidos, além dessas obrigações terem se intensificado significativamente. A falta de condições para realizar o trabalho em casa, a sobreposição dos tempos de trabalho profissional, descanso, lazer e convívio familiar e a pressão dos próprios colegas penalizam sobretudo as mulheres, as mais afetadas pela sobrecarga de trabalho.

Por fim, Juliana Vinuto, Débora Barbosa e Jimena de Garay Hernández procuram analisar algumas das tensões decorrentes da pandemia de Covid-19 na resposta do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro, especialmente nas unidades de privação de liberdade, em torno do tripé saúde, educação e convivência familiar, considerado a base do trabalho na socioeducação. Os paradoxos que emergiram na pandemia possibilitam visualizar os desafios que o paradigma da proteção integral ainda enfrenta nesse campo, uma vez que a lógica da segurança continua sendo priorizada, em detrimento do caráter educativo. A privação de liberdade foi a única medida socioeducativa considerada essencial, ainda que o período da pandemia tenha representado diminuição da superlotação das unidades. Entretanto, as atividades educativas permaneceram suspensas, privando os internos também de seu direito à educação, piorando sua condição de isolamento e intensificando o sofrimento psíquico. Esta situação agravou-se ainda mais com a proibição de que eles recebessem visitas familiares, o que prejudicou sua ligação com o mundo extra-muros.

O propósito deste dossiê é discutir a complexidade e variedade de conflitos e tensões que emergiram e se acirraram no contexto da crise sanitária do ponto de vista do trabalho. Os artigos que aqui se apresentam trazem diversos olhares sobre essas mudanças e apontam para a fragilidade das conquistas e dos direitos associados ao trabalho, já que o contexto desta crise de várias dimensões não apenas facilitou a violação desses direitos como, na prática, também representou uma piora generalizada nas condições de trabalho para aqueles que puderam permanecer empregados. A pandemia tornou situações ruins ainda piores. Ela também tornou evidente a descartabilidade da força de trabalho em um cenário no qual o desemprego e a crise econômica têm empurrado milhares de trabalhadoras(es) para a miséria e de volta ao mapa da fome e da carestia. Segundo o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, são 14,4 milhões de desempregados no Brasil no 2º trimestre de 2021, dos quais 5,6 milhões encontram-se em situação de desalento. O desemprego dá margem para que empregadores intensifiquem a exploração e aumentem suas margens de lucro, sem nenhum tipo de sanção no horizonte.

Os ataques ao trabalho já vinham acontecendo, sobretudo desde a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 e, na pandemia, com medidas que permitiam a redução de jornada e salários das(os) trabalhadoras(es). Em 2021, chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, embora reprovada no Senado, a proposta de Medida Provisória 1.045 (chamada de “minirreforma trabalhista”), que previa a flexibilização do pagamento de direitos trabalhistas a jovens e pessoas de mais de 55 anos – por exemplo, o não pagamento de férias e 13º salário, e remuneração inferior a um salário mínimo. Tudo em nome da “proteção da economia”, que se traduz em proteção à burguesia. Isso demonstra que a pandemia foi aproveitada como “terreno fértil” para a disseminação e normalização de práticas de intensificação, desregulação e precarização do trabalho.

É fundamental ter conhecimento dos mecanismos e subterfúgios que foram utilizados contra a classe trabalhadora neste contexto para organizar e mobilizar a resistência. Não existe nenhum indicativo de que, uma vez terminado o período pandêmico, haverá alguma política em sentido contrário, de recuperação de direitos sociais. Pelo contrário, tudo indica que o “novo normal” deve naturalizar ainda mais elementos da exploração sem limites, mesmo com prejuízo para as(os) trabalhadoras(es).

5 Informação disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 11 set. 2021.